



PODER

Master: PF pede a suspeição de Toffoli

Perícia no celular de Daniel Vorcaro encontra menções ao ministro. Corporação fez a solicitação ao presidente do STF, Edson Fachin

» LUANA PATRIOLINO
» WAL LIMA
» FÁBIO GRECHI

A Polícia Federal (PF) pediu ao ministro Edson Fachin, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), a suspeição do ministro Dias Toffoli como relator da investigação sobre o Banco Master, liquidado extrajudicialmente pelo Banco Central (BC). A requisição se baseia na perícia no celular do ex-banqueiro Daniel Vorcaro, que trazem menções ao magistrado e a outras pessoas com foro privilegiado. Fachin notificou Toffoli a se manifestar sobre o episódio.

Por meio de nota divulgada logo depois que veio à tona o pedido de suspeição, a equipe do ministro-relator disse que tratam-se de deduções e que vai esclarecer as citações encontradas pela PF. "O gabinete do ministro Dias Toffoli esclarece que o pedido de declaração de suspeição apresentado pela Polícia Federal trata de ilações. Juridicamente, a instituição não tem legitimidade para o pedido, por não ser parte no processo, nos termos do artigo 145, do Código de Processo Civil. Quant ao conteúdo do pedido, a resposta será apresentada pelo ministro ao presidente da Corte", frisa a nota.

O conteúdo encontrado no celular de Vorcaro está sob sigilo e foi entregue a Fachin pelo próprio diretor-geral da PF, Andrei Passos Rodrigues. A informação foi adiantada pelo UOL, mas confirmada pelo *Correio*. Os diálogos a que os peritos tiveram acesso reforçam suspeitas de uma possível relação próxima entre o ex-banqueiro e Toffoli. Ao notificar o ministro-relator, Fachin quer saber se há conflito de interesse entre as partes.

Toffoli vem sendo alvo de questionamentos a respeito de sua atuação no caso desde o início das apurações. O primeiro episódio a chamar a atenção foi quando viajou para Lima, no Peru, para assistir à final da Taça Libertadores entre

Wal Lima/CB/D.A Press



Em busca de acesso ao celular de Vorcaro, Renan esteve com Fachin antes de o presidente do STF receber a requisição da PF sobre a suspeição de Toffoli

Palmeiras e Flamengo, no jatinho do empresário e ex-senador Luiz Oswaldo Pastore. No voo, também estavam o advogado Augusto Arruda Botelho, que atua no processo do Master defendendo o ex-diretor de Compliance do banco, Luiz Antônio Faria, e o ex-deputado Aldo Rebello. Por meio de nota, o ministro garantiu que na viagem não ser tratou da instituição liquidada pelo BC.

Os questionamentos sobre a atuação do ministro aumentaram quando marcou, para 30 de dezembro de 2025, uma acareação entre Vorcaro, o ex-presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, e o diretor da Fiscalização do BC, Ailton de Aquino. A decisão chamou a atenção porque uma sessão para confronto de versões é atribuição da PF e representava, segundo

a corporação, um atropelo às apurações — daí porque fez uma solicitação a Toffoli para que tornasse o encontro uma tomada de depoimentos com eventual acareação. A oitiva foi dirigida pela delegada federal Janaína Palazzo, que teve de fazer perguntas elaboradas pelo gabinete do ministro — passadas pelo juiz auxiliar Carlos Vieira von Adamek.

O começo da sessão foi marcado pelo mal-estar, pois Janaína ligou para Andrei Rodrigues informando que o gabinete de Toffoli queria que ela seguisse o roteiro do ministro. O diretor da PF susentou a decisão da delegada ao garantir que ela era quem conduzia a sessão. Von Adamek, por sua vez, fez contato com Toffoli e houve, a partir daí, um acordo no qual as

perguntas tornaram-se apenas "sugestões". Depois de pouco mais de três horas de depoimentos, houve a acareação entre Vorcaro e PHC, que durou poucos minutos.

Senado e Supremo

Em outra frente de investigação, o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, Renan Calheiros (MDB-AL), afirmou, também ontem, que o colegiado solicitará acesso ao material apreendido no celular de Vorcaro e requisitará informações relativas às investigações, inclusive, dados protegidos por sigilo. A afirmação foi dada após reunião com o ministro Fachin. Questionado se a comissão teria acesso ao conteúdo extraído do aparelho de Vorcaro,

Renan respondeu objetivamente: "Vamos, sim."

Segundo o senador, o encontro com o presidente da Corte foi "muito bom" e "produtivo". Tratou de aspectos da legislação de processo penal e da competência da CAE na fiscalização do sistema financeiro. Ele sustentou que o colegiado poderá requisitar informações com base na Lei Complementar 105, que disciplina o sigilo das operações financeiras.

Renan defendeu, ainda, que os trabalhos avançasse rapidamente para a fase de depoimentos e afirmou que o primeiro a ser ouvido deveria ser o próprio Vorcaro. "Para que os trabalhos da comissão sejam produtivos, defendi que deveríamos começar os depoimentos ouvindo o Vorcaro", disse.

Aumento de sigilo

O ministro Jhonatan de Jesus, do Tribunal de Contas da União (TCU), restringiu ainda mais o acesso do Banco Central ao parecer da área técnica da Corte que analisa a atuação da autoridade monetária sobre o caso Master. A solicitação de alteração do status foi feita pela Secretaria-Geral de Controle Externo do TCU, "com intuito de evitar vazamentos", e deferida por Jhonatan, com a "ciência" do BC.

A assessoria do TCU confirmou que houve a mudança no status de acesso ao documento, que passou de "sigilos" para "sigilos com exigência de autorização específica de leitura." Significa que o BC só poderá ler o documento após solicitação e autorização de Jhonatan. "O TCU esclarece que o Banco Central terá acesso a todas as peças processuais sempre que necessário, não havendo qualquer prejuízo ao órgão jurisdicionado", diz a nota.

Segundo fontes no BC e no TCU, o parecer técnico da Corte foi favorável à atuação da autarquia na liquidação do Master, decretada em novembro, sem recomendações para mudanças de conduta da autoridade monetária — que já teve acesso ao documento, mas não pôde fazer cópias nem recebê-lo em formato físico. De acordo com essas fontes, a área técnica do TCU teria afirmado que, se o BC não tivesse agido, aí, sim, o tribunal teria de tomar providências.

Isso, aliás, é exatamente o oposto da tese levantada pelo ministro-relator, que lançou a suspeita de que o BC pudesse ter agido preventivamente ao liquidar o Master, em novembro do ano passado.

Críticas

Por conta do aumento na restrição, um grupo de entidades do mercado financeiro — de bancos a operadoras de crédito, incluindo fintechs — emitiu nota criticando a decisão do TCU. Segundo o texto, "decisões que imponham sigilo em processos de interesse público precisam de motivação e esclarecimentos objetivos à sociedade".

Entre as entidades que assinaram o documento, estão a Associação Brasileira de Bancos (ABBC), a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), a Anbima (que reúne empresas do mercado financeiro e de capitais), a Febraban (Federação Brasileira de Bancos), a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e a Zetta (associação do setor de tecnologia financeira).

Na terça-feira, o presidente do TCU, Vital do Rêgo Filho, informou que a área técnica da Corte concluiu a inspeção e que o processo será remetido hoje a Jhonatan. O caso será discutido em plenário após o despacho do ministro-relator.

Os integrantes do TCU recebem respaldo da área técnica, em todos os casos, mas têm liberdade e autonomia para julgar cada processo. Nos bastidores da Corte, comenta-se, também, que o sigilo imposto por Jhonatan pode ser uma forma de reduzir as pressões sobre o seu voto.

A atuação do TCU no caso Master vem gerando polêmica porque, na visão de especialistas, não cabe à Corte fiscalizar a atuação do BC, que é quem supervisiona o sistema financeiro.

Dinheiro do Rioprevidência voa pela janela

» RAFAELA GONÇALVES

Uma mala com R\$ 429 mil em dinheiro foi arremessada pela janela de um apartamento em Balneário Camboriú (SC), durante a operação Operação Barco de Papel, da Polícia Federal (PF), que investiga crimes relacionados ao Banco Master e à gestão de recursos do Rioprevidência — Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro, autarquia que administra aposentadorias e pensões do funcionalismo fluminense e de seus dependentes. O nome da pessoa que tentou se livrar do dinheiro vivo não foi divulgado, mas o montante foi recuperado. Na operação, os agentes também apreenderam dois veículos de luxo e dois celulares.

O ocupante do imóvel do qual foi jogada a mala tem ligação com Deivis Marcon Antunes, ex-presidente do Rioprevidência, que está preso. As ordens judiciais foram expedidas pela 6ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, com base em indícios de obstrução de investigações e oclusão de provas. Foram cumpridos mandados de busca e apreensão em Balneário Camboriú e Itapema, também em Santa Catarina, com apoio da delegacia de PF em Itajaí.

Prisões

Na primeira fase da Operação Barco de Papel, realizada em 23 de janeiro, o apartamento de Deivis foi alvo de busca e apreensão. Foram detectadas "movimentações suspeitas de retirada de documentos", manipulação de provas digitais e a transferência de

dois veículos de luxo para terceiros. Na segunda fase, os gêmeos Rodrigo e Rafael Schmitz — que ajudaram o ex-presidente do Rioprevidência a obstruir as investigações, segundo a PF — foram presos.

O Banco Central (BC) determinou a liquidação do Master em 19 de novembro de 2025. Apesar do encerramento das atividades do banco, o Rioprevidência informou que os pagamentos a aposentados e pensionistas estavam garantidos. Os investimentos no banco de Daniel Vorcaro foram feitos entre outubro de 2023 e agosto de 2024, com vencimentos previstos para 2033 e 2034.

Ao todo, 18 entes da Federação aplicaram recursos de seus Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) em letras financeiras emitidas pelo Master. O total chega a R\$ 1,86 bilhão. Entre esses fundos, pelo menos oito apresentam déficits financeiros — entre os maiores estão o Amazonprev, do estado do Amazonas, com R\$ 751,1 milhões de prejuízo nas contribuições de servidores civis; o Amprev, do Amapá, com R\$ 394,9 milhões entre contribuições de servidores militares; Maceió Previdência, com R\$ 299,4 milhões; e o Instituto Municipal de Previdência de Campo Grande, com R\$ 124,8 milhões.

Divulgação/Policia Federal



Ocupante do imóvel tentou se desfazer da prova jogando-a pela janela

» Investigado, presidente da Amprev se demite

O presidente da Amapá Previdência (Amprev), Jocildo Lemos, renunciou ontem ao cargo depois de se tornar alvo de investigação da Polícia Federal por aportar R\$ 400 milhões da instituição no Banco Master. A aplicação se deu via compra de letras financeiras, em meados de 2025. Essa aplicação não é segurada pelo Fundo Garantidor de Crédito e, agora, os servidores e aposentados do governo amapaense podem ficar no prejuízo. Jocildo ignorou alertas do comitê de investimentos do fundo em relação aos perigos de investir no banco de Daniel Vorcaro.